

PARADOXOS DA TECNIFICAÇÃO AGRÍCOLA NO NORTE DO PARANÁ*

Eliane Tomiasi PAULINO**

Resumo: Diante das mudanças recentes no campo e da ampla e genérica utilização do conceito de modernização para explicá-las, uma reflexão mais cuidadosa não deixa de ser pertinente, sobretudo porque nos dias atuais, moderno é uma terminologia sagaz, cujo brilho pode ocultar sua face mais obscura, a exemplo dos desdobramentos desse processo no Brasil. É nesse bojo que outro conceito, o de camponês, quase acaba por ser banido e, como num passe de mágica, no plano analítico, os seres sociais a que se refere. Esse curso dos fatos acaba por explicitar uma falsa dualidade: o moderno contra o ultrapassado. Fiel à advertência de Shanin de que o preço da utilização dos modelos é a eterna vigilância, ao referirmo-nos ao teor desse debate, temos o propósito de refletir sobre a necessidade de se distinguir incorporação de tecnologia com modernização das relações de produção. Assim, é a explicitação dos paradoxos que esse mesmo processo produziu no Norte do Paraná, uma das áreas de maior índice de tecnificação do país, que se constitui a tônica desse trabalho.

Palavras-Chave: Norte do Paraná; agricultura; modernização da base técnica; concentração do uso da terra; recriação camponesa.

Resumen: Delante de los cambios recientes en el campo y de la amplia y genérica utilización del concepto de modernización para explicarlas, una reflexión más cuidadosa no deja de ser pertinente, sobre todo porque los días actuales, moderno es una terminología astuta, cuyo brillo puede ocultar su faz más obscura, a ejemplo de los desdoblamientos de ese proceso en Brasil. Es en ese contexto que otro concepto, el de campesino, casi acaba por ser banido y, como en un pase de mágica, en el plan analítico, los seres sociales la que se refiere. Ese curso de los hechos acaba por explicitar una falsa dualidad: el moderno contra lo ultrapassado. Fiel a la advertencia de Shanin de que el precio de la utilización de los modelos es la eterna vigilancia, al nos refiramos al contenido de ese debate, tenemos el propósito de reflejar sobre la necesidad de distinguirse incorporación de tecnología con modernización de las relaciones de producción. Así, es la explicitación de las paradojas que ese mismo proceso produjo en el Norte de Paraná, una de las áreas de mayor índice de tecnificación del país, que se constituye la esencia de ese trabajo.

Palabras-llave: Norte de Paraná; agricultura; modernización de la base técnica; concentración del uso de la tierra; recriacion campesina.

1. Introdução.

Diante do estágio monopolista do modo capitalista de produção, profundas mudanças são verificadas nas relações de trabalho e nas relações de produção. No que se refere ao campo, a transição do patamar técnico pautado no predomínio da força física para aquele que se sustenta a partir do uso intenso de máquinas e insumos industriais implica um radical rearranjo territorial em que os termos do acesso e da exploração econômica da terra são profundamente alterados.

No Brasil, a rapidez e a intensidade com que as máquinas foram ocupando posições no cenário até então dominado pelo trabalho braçal não produziu apenas sobressaltos nos milhões de trabalhadores que repentinamente se viram obrigados a migrar, seja para os centros urbanos, seja para as áreas de fronteira.

Provocou também mudanças no conteúdo das interpretações sobre esses mesmos fenômenos, o que nos leva a fazer uma breve reflexão sobre os fundamentos teóricos contidos em algumas dessas análises para, posteriormente, analisarmos os desdobramentos dessas mudanças no Norte do Paraná.

* Artigo publicado em 2005 (n.12 v.1).

** Professora Adjunta do Depto. de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: eliane.tomiasi@uel.br

2. Modernização como sinônimo de tecnificação: fundamentos teóricos.

As mudanças que afetaram o campo brasileiro desde a segunda metade do século XX representaram um importante desafio aos cientistas, visto que em poucos anos um enorme contingente populacional deslocou-se para as cidades. Se por um lado, avolumaram-se dúvidas e esforços no sentido de apreender as dimensões desse fenômeno nos centros urbanos, não menos inquietos ficaram aqueles envolvidos com os estudos agrários, o que fomentou um grande debate acerca do conteúdo e dos rumos dessas mudanças.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que ganharam visibilidade os fundamentos teórico-metodológicos que acabaram por conferir centralidade ao conteúdo técnico do processo que avançava a passos largos na agricultura, levando à disseminação da idéia de modernização da agricultura a partir de uma perspectiva generalizante. É esse contexto que nos remete às considerações de Martins acerca do tema ao qual está atrelada a referida noção de modernização.

O tema da modernidade está profundamente comprometido com o do progresso [...]. e ainda é confundido, por alguns, com o tema do moderno em oposição ao tradicional [...]. Essa interpretação de fundo positivista reinstaura o escalonamento do processo histórico, relegando ao passado e ao residual aquilo que supostamente não faria parte do tempo da modernidade [...]. Seriam manifestações anômalas e vencidas de uma sociabilidade extinta pela crescente e inevitável difusão da modernidade que decorreria do desenvolvimento econômico e da globalização. (MARTINS, 2000, p. 17-18)

Assim, ainda que importantes diferenças teórico-metodológicas tenham se evidenciado, a compreensão ofuscada pelas inovações técnicas na agricultura reforçou a noção de transformação profunda na estrutura agrária, ressaltando o pressuposto da eficiência produtiva desse padrão produtivo. Em outras palavras, projetou-se, no campo analítico, a racionalidade produtiva centrada na intensa utilização de máquinas, insumos e técnicas de manejo, em tese, passível de incorporação somente pelas grandes propriedades.

Some-se a isso a compreensão de que o aprofundamento das trocas comerciais orientado por esse padrão produtivo imporia a racionalidade de mercado entre os camponeses, deflagrando a fragilização dos laços socioculturais ancorados nas relações pessoais.

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter burguês da organização social. (ABRAMOVAY, 1990, p. 124)

Portanto, o autor supõe que, ao serem alteradas as bases técnicas, uma classe social (os camponeses) desapareceria, dando lugar a uma nova categoria social (os agricultores profissionais), implicitamente integrantes da pequena burguesia. De certo modo, essa compreensão provoca uma associação automática entre incorporação de tecnologia e exploração empresarial na agricultura, lançando suspeição sobre a viabilidade da exploração familiar de elevada participação de mão-de-obra e baixa capacidade de investimento, corroborando assim a tese de desaparecimento do campesinato.

Não se quer aqui negar a existência desse processo, mas a suposta dimensão que o mesmo teria assumido não corresponde aos fatos, senão vejamos.

[...] sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês. (SHANIN, 1980, p. 58)

Como se pode observar, divergências profundas são explicitadas na compreensão do destino dos camponeses na sociedade capitalista, razão pela qual Oliveira (1986) cunha o conceito de monopolização do território para explicar a recriação contraditória do campesinato pelo modo capitalista de produção De

acordo com esse autor, o capitalismo “além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução” (OLIVEIRA, 1986, p. 67).

Sabe-se, porém que as raízes desse debate estão nos clássicos, particularmente Kautsky (1980) e Lênin (1982) que, ao se debruçarem sobre as mudanças que atingiram a agricultura nas últimas décadas do século XIX, ante a penetração do capitalismo no campo, preconizaram o desaparecimento do campesinato. Para eles, haveria uma incompatibilização entre as condições produtivas características da agricultura de base familiar e local com as novas demandas impostas por um modo de produção que tinha, cada vez mais, a necessidade de operar em escala planetária.

Em outras palavras, esses autores assinalaram a destruição inexorável das condições de reprodução econômica centrada no controle dos meios de produção e da força de trabalho familiar, em face da emergência de uma racionalidade técnica particularmente compatível com a divisão entre trabalho intelectual e trabalho braçal. Por excelência, sobreviveriam tão somente os produtores dotados de capacidade financeira e visão empresarial que permitisse operar com uma lógica de mercado abrangente.

De acordo com a tese da diferenciação social de Lênin, aos camponeses haveria apenas dois caminhos: enriquecer, alçando a condição burguesa, ou perder os meios de produção próprios, proletarizando-se enfim. Portanto, a possibilidade de permanecer como classe detentora tanto da força de trabalho quanto dos meios de produção não estava prevista nos seus esquemas teóricos.

Contudo, é importante lembrar que esse arcabouço não se instituiu por unanimidade, haja vista os apontamentos de Chayanov, contemporâneo desses pensadores

[...] podemos ver com toda claridad que no hay que esperar necesariamente que el desarrollo de la influencia capitalista y la concentracion en la agricultura desenoquen en la creación y el desarrollo de latifúndios. Con Mayor probabilidad había que esperar que el capitalismo comercial y financiero establezca una dictadura económica sobre considerables setores de la agricultura, la cual permacería como antes en lo relativo a producción, compuesta de empresas familiares de explotación agrícola en pequeña escala sujetas en su organización interna a las leyes del balance entre trabajo y consumo. (CHAYANOV, 1974, p. 42)

Como se pode observar, Chayanov foi o que melhor elucidou tal desfecho, pois mais de um século se passou e a agricultura camponesa continua presente tanto nos países pobres quanto nos países ricos, embora seja marcante a monopolização do território camponês pelo capital. É por isso que Shanin (1980, p. 57), adverte que

O capitalismo ‘juvenil’ e otimista do século XIX influenciou muito a visão marxista clássica. Era visto como agressivo, dominador e supereficaz em sua capacidade de se expandir. Como o dedo de Midas que transforma em ouro tudo o que toca, o capitalismo também transforma em capitalismo tudo o que toca. A terra é o limite. À luz do que realmente encontramos hoje, tudo isso parece um grande exagero. É indubitável a capacidade dos centros capitalistas de explorar todos e tudo à sua volta; mas sua capacidade ou sua necessidade (em termos de maximização de lucros) de transformar tudo ao redor à sua semelhança não o é. Os camponeses são um exemplo.

Portanto, a análise do campo brasileiro a partir da ótica do desaparecimento do campesinato está vinculada à matriz teórica clássica que, diga-se de passagem, foi gerada em um contexto de relevantes impasses políticos envolvendo a nascente social democracia: a promessa de superação do capitalismo com a outorga do papel revolucionário ao proletariado.

Lembremos que o suposto papel revolucionário do proletariado deriva da compreensão de que essa classe, em tese, teria como tarefa histórica a condução da luta rumo ao socialismo, pela própria experiência de despojamento dos meios de produção e inserção no universo do trabalho socializado, condições essas que os camponeses não haviam experimentado.

E o fato destes ainda preservarem os meios de produção, notadamente a terra, fez com que Lênin lhes atribuisse o rótulo de “pequenos agraristas”, em virtude do entendimento de que a posse desse meio de produção conduziria a um alinhamento de interesses com os grandes proprietários fundiários, o que obviamente criaria obstáculos para o processo revolucionário.

Kautsky, embora não concordasse com essa homogeneização, ao analisar o gradiente de forças políticas, os colocava em patamar pouco honroso, dada a compreensão de sua inferioridade, tanto no que

tange a falta das experiências “libertadoras” provocadas pelo processo de proletarização, quanto pela sua interdição à “redenção técnica”, nos termos apontados por Shanin, dada a sua suposta falta de inteligência para operar máquinas, incorporar insumos, bem como novas formas de manejo agrícola.

Contudo, é preciso salientar que, naquele momento, o desaparecimento do campesinato, enquanto classe, e a sua conversão em massa capaz de tornar os conflitos entre capital e trabalho incontornáveis, a ponto de superação do modo capitalista de produção fazia sentido, já que os camponeses, majoritários na sociedade industrial nascente, deveriam passar por uma conversão de classe que favorecesse o acirramento das contradições entre capital e trabalho. É por isso que Martins (1995), já advertira que a tese do desaparecimento do campesinato deriva de um cenário que institui uma questão mais política do que teórica.

Entre nós, a questão política, tardia em relação ao cenário clássico, emerge exatamente com as ligas camponesas, a dos sujeitos que a vanguarda política de meados do século XX procurou relegar o papel de coadjuvante no projeto de transformação política da sociedade. E o fez, ao preconizar a política de alianças que redefiniu o pacto de poder e soldou o modelo rentista ancorado na aliança terra-capital.

Essa aliança é uma demonstração da capacidade que a oligarquia teve de breçar o anseio por democratização da propriedade, ao cooptar os setores burgueses para a investida naquilo que Caio Prado Jr.(1981) já classificava de terra de negócios. A constituição de gigantescos patrimônios fundiários pelos representantes dos setores mais dinâmicos da sociedade, como o industrial e o financeiro, foi tomada como a saída moderna para o problema do latifúndio, já que esses novos agentes reuniam todas as condições para fazer a propriedade prosperar.

Esse é o contexto dessa concepção de modernização. Genérico na aplicação em vários estudos agrários, e sedutor em seu significado, passou a ser empregado como saída honrosa para uma leitura amena das contradições do campo e da cidade e, mais que isso, como panacéia, sugerindo a morte redentora do latifúndio, com sua suposta conversão em empresa rural moderna.¹

Considerando que os conceitos não refletem frivolidades lingüísticas, tampouco são neutros em sua significação, como já advertira Shanin (1980, p. 76), nosso propósito é o de refletir sobre os paradoxos da aludida modernização, partindo da necessária distinção entre a esfera técnica e a das relações de produção que, ao fim, nos permitirá evidenciar o quanto é frágil a concepção que deriva dessa visão generalizante de modernização como sinônimo de eficiência produtiva a cargo de empresários da agricultura. Não fosse o seu alcance político, poder-se-ia creditá-la a um equívoco derivado da construção de um arcabouço teórico alheio às evidências da realidade.

É evidente que a amplitude do processo de tecnificação pelo qual vem passando a agricultura é inquestionável, visto que em menos de meio século, os agricultores brasileiros vivenciaram mudanças espetaculares nas formas de produzir no campo. Contudo, alguns conceitos elaborados para elucidar esse processo mais mascaram do que descortinam as contradições que estão em seu bojo.

Por isso, faz-se necessário assinalar, de antemão, que a propalada modernização da agricultura não coincide com a significação de que está impregnada, como já advertiu Martins (2000). Trata-se, sim, de uma modernização parcial, afeita em particular às técnicas empregadas na produção, já que do ponto de vista das relações de trabalho, pouco se tem a comemorar. É justamente do aprofundamento desse novo patamar técnico que emerge, por exemplo, a lógica do trabalho temporário, que submete os trabalhadores a ocupações precárias, regidas pelos ciclos de demanda por mão-de-obra nas lavouras.

3. Tecnificação agrícola e concentração do uso da terra.

É sabido que a emergência do patamar técnico baseado na intensa utilização de máquinas e agroquímicos representou a expulsão de milhões de trabalhadores, criando a separação entre população agrícola e população rural (Santos, 1993), já que uma parcela significativa da população urbana continuou vinculada às atividades no campo, ao sabor das necessidades pontuais por mão-de-obra. Daí a necessária

¹ Sobre essa abordagem, confira as obras de Francisco Graziano Neto

cautela ao se falar de modernização, já que esse é um tema cuja significação clássica remete às conquistas materiais que definitivamente os trabalhadores desterritorializados não puderam experimentar.

Máquinas modernas, arsenal químico e manipulações genéticas a serviço da produtividade convivem lado a lado com a precarização das condições de trabalho, pela sua própria capacidade de aprofundar o descompasso entre oferta e demanda por mão-de-obra. O efeito nefasto desse novo patamar técnico não tem afetado apenas os vendedores da força de trabalho, mas também os trabalhadores que outrora tinham nos termos de concessão de uso da terra, via parceria ou arrendamento, a possibilidade de se reproduzirem de forma autônoma.

No Norte do Paraná, área delimitada para esse estudo, as marcas desse processo são indeléveis, sobretudo se considerarmos que nas três últimas décadas, apenas um terço dos estabelecimentos agrícolas resistiram. Paradoxalmente, o último Censo Agropecuário (1995/96), revelou que nada menos que 87% dos estabelecimentos possuem área inferior a 50 hectares e 81% dos estabelecimentos no Estado são explorados exclusivamente pela família, o que contesta a tese da proletarização indiscriminada no período.

Outro equívoco diz respeito ao suposto impacto da agricultura tecnificada na estrutura fundiária, em termos de concentração da propriedade. Lembremos que o Brasil ocupa a posição de segundo país com maior concentração fundiária no planeta, ficando atrás apenas do Paraguai. Portanto, não se trata de uma situação conjuntural, mas sim um mecanismo estrutural de interdição ao acesso democrático à terra, cujas características se alteraram ao longo da história.

O salto exacerbado na concentração fundiária em compasso com a expansão da tecnificação, apontado pelo IBGE, sobretudo a partir dos dados censitários de 1970, explica-se principalmente pela mudança nas formas de exploração da terra. Como se sabe, após a escravidão e, particularmente, na cafeicultura, foram utilizadas formas alternativas de suprimento de mão-de-obra para a agricultura comercial, sobressaindo-se diferentes modalidades de parceria. Na prática, essas formas de parceria representavam a fragmentação da grande propriedade em uma sucessão de unidades menores cultivadas pelas famílias que ali viviam e ali desenvolviam, em concurso com a lavoura comercial do proprietário, as atividades de subsistência.

Ocorre que para o sistema censitário brasileiro, são contabilizadas as unidades econômicas, o que faz com que cada unidade a cargo de uma família seja tomada como um estabelecimento, mesmo que essa família tenha apenas a permissão de uso, regulada por diferentes formas de contrato, seja de arrendamento, parceria etc.

Obviamente, isso escamoteia a concentração fundiária, pois uma única propriedade pode gerar inúmeros estabelecimentos, característica essa que foi marcante enquanto prevaleceu o padrão produtivo centrado na utilização intensiva de mão-de-obra.

Foi a emergência do pacote tecnológico dos anos de 1960 que permitiu aos grandes proprietários concentrar a exploração da terra, dispensando a maior parte das famílias, senão todas, que residiam na propriedade. Portanto, o caráter jurídico da propriedade pouco foi afetado, sobressaindo-se a expulsão dos trabalhadores que cultivavam as grandes propriedades que experimentaram a conversão técnica.

Não queremos aqui negar o processo de expropriação, que pressupõe a perda da propriedade, mas sim ponderar que esse foi um fenômeno secundário, fato que os próprios dados comprovam. Mesmo com a concentração do uso da terra oportunizada pela redução da demanda por mão-de-obra, o que reduziu a diferença entre número de estabelecimentos e número de propriedades, os pequenos estabelecimentos são, em termos numéricos, dominantes no país.

São esses indicadores que nos alertam sobre a necessária atenção às relações de produção e à compreensão dos interstícios da modernização da base técnica, pois essa, ao invés de banir do campo a exploração camponesa, conforme previam alguns teóricos, produziu, contraditoriamente, a sua recriação. É essa realidade que desautoriza visões simplificadoras, implícitas na própria noção de modernização como sinônimo de eficiência produtiva derivada da separação entre capital e trabalho.

Do mesmo modo, impõe-se a necessidade de refletir sobre a face perversa desse que foi um processo de redefinição das condições técnicas de produção, o único elemento que nos permite contrapor modernização e atraso no campo, já que em termos sociais e ambientais, pouco se tem a comemorar. Enquanto insumos e máquinas sofisticadas incorporaram-se à produção, milhões de pessoas foram empurradas para os centros urbanos em situação de ocupação pior do que dantes. A produtividade

explodiu, mas a fome é um dos marcos dessa “modernização”, já que oferta de alimentos não significa necessariamente acesso aos mesmos. Como a precarização do trabalho tem sido marcante, até mesmo pela desproporção entre demanda e oferta de mão-de-obra, muitos estão impedidos de se colocar como consumidores, razão pela qual o aumento exponencial da produtividade agrícola não encurta a distância entre alimentos no mercado e na mesa dos mais pobres.

Portanto, a solução do drama da fome, cotidianamente vivenciado por milhões de seres humanos, não passa pelo aumento da produção, mas pela existência de renda para comprá-los. Como o mercado é o mediador de todas as necessidades humanas, inclusive as básicas, em situações de boas safras, muitos agricultores são arruinados, pois os preços recebidos pela produção caem em relação inversamente proporcional ao aumento da oferta. Por essa razão, produtores, empresas privadas e até Estados-Nações, em determinadas situações, envidam esforços para controlar a oferta de alimentos.

Obviamente, essa racionalidade própria do moderno e de suas derivações, condiciona direitos fundamentais da humanidade às conveniências do mercado, semeando indagações e incertezas fundamentais quanto ao devir. Contudo, resta o fato de que o futuro é fruto da construção cotidiana empreendida pelo conjunto de ações concretas da sociedade, o que impõe a necessidade de apostar na reflexão e na crítica como caminhos para a construção de outro modelo civilizatório.

É por essa razão que julgamos necessário assinalar os limites do termo modernização da agricultura, ainda que ele esteja sendo acionado para analisar os impactos nefastos das mudanças técnicas. Por carregar um significado que se opõe aos impactos ambientais e sociais daí decorrentes, seria mais prudente evitar a generalização, frisando que trata de um processo restrito à base técnica.

Em outras palavras, não há modernização da agricultura, mas modernização da base técnica da agricultura, e fazer essa distinção é operar com a desmistificação, pois que os conceitos são instrumentos políticos de apreensão da realidade. Considerando que a sociedade está dividida em classes, falar de modernização no campo como sinônimo de incorporação de tecnologia é reforçar, mesmo que inadvertidamente, a camuflagem da realidade, a serviço daqueles que se beneficiam desse processo.

4. Campesinato e tecnificação agrícola.

Tendo refletido sobre os apontamentos que nos permitem identificar os liames teórico-metodológicos que conduziram a uma espécie de supressão conceitual do campesinato do território capitalista, *locus* privilegiado das inversões tecnológicas, daí o uso do termo modernização, refletimos sobre os desdobramentos concretos dessa mudança técnica.

E se o fazemos, é justamente por termos a convicção de que nesses tempos de fome zero², as lutas políticas definirão o devir, daí a necessidade de explicitação de processos cuja compreensão permite a conversão do indivíduo em cidadão e, quiçá, em sujeito da história. E nesse sentido, é oportuno volver a Marx, que tão lucidamente lembrou que a história não se repete, a não ser como farsa.

O caso da fome seria, a nosso ver, um desses exemplos, já que é lugar comum atribuir o fenômeno à escassez de alimentos, conforme já salientamos anteriormente. Trata-se de uma compreensão que transcende o que poderíamos tomar como equívoco, por estar pautada em pressupostos que auxiliam a manutenção do *status quo*.

Vimos que disponibilidade de alimentos não pode ser tomada como sinônimo de acesso aos mesmos, ainda que a interpretação destacada assim o indique. Daí a necessidade de empreender reflexões que não apenas acentuem tais diferenças, mas que também explicitem a íntima conexão que torna a fome um dos desdobramentos da mudança da base técnica da agricultura.

Com efeito, o termo modernização invariavelmente nos remete a um ideário arrebatador, como se tal processo definisse o limiar de um novo tempo. Quando incorporado ao arcabouço conceitual vinculado à questão agrária, por vezes, o mesmo se presta a definir uma posição que o coloca do lado oposto do arcaico, leia-se antiquado e carente de intervenção renovadora. É a distância entre o significado

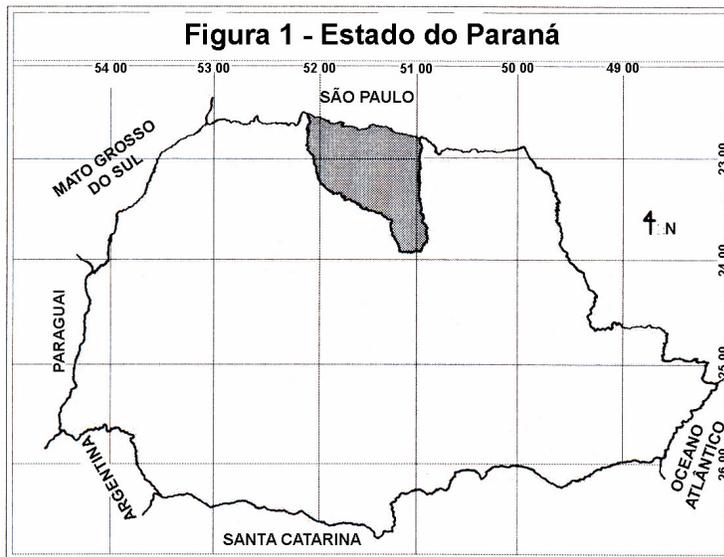
² Como da retórica aos fatos há uma longa distância, o sentido é figurativo, pelos próprios desdobramentos desse programa do Governo Lula que, mesmo na perspectiva assistencialista, não logrou resultados dignos de nota.

do termo e as expressões concretas do processo que o define e é por ele definido, que torna salutar a identificação do viés teórico-metodológico contido nas diferentes abordagens que o contemplam.

Daí a necessidade de frisar que o termo modernização é adequado para indicar os processos ligados exclusivamente à base técnica da produção, excluindo-se, portanto, as relações de produção. Esse é um contraponto necessário, diante das condições de vida e de trabalho que foram sendo precarizadas no mesmo ritmo da tecnificação. Desse modo, a falta de precisão conceitual produz uma lacuna, mas que não se define por acaso; antes, acusa uma estratégia política de encobrimento das contradições fundamentais decorrentes do referido processo.

No Norte do Paraná, área estudada, conforme mostra a figura 1, as inovações tecnológicas na agricultura tomaram impulso por volta de 1960 e se consolidaram a partir da década seguinte. Analisar os interstícios dessa passagem não deixa de ser oportuno, sobretudo porque a idéia genérica de modernização dificulta a implantação, e mesmo legitimação, perante a sociedade, de projetos de intervenção, leia-se projetos de assentamento e ou de apoio à agricultura camponesa. De fato, soa como incongruente àqueles que desconhecem a realidade do campo e daqueles que ao campo querem retornar, o investimento público em um projeto fadado ao fracasso, quando a referência é a sustentabilidade econômica pautada na incorporação de tecnologia de ponta.

As análises subseqüentes objetivam expor as mudanças ocorridas nessa região a partir da “revolução verde”, resultado do uso de insumos químicos e máquinas, até mesmo para advertir que, mesmo que de forma restrita, dadas as limitações monetárias, a classe camponesa integrou-se a esse processo. Ao fazê-lo, evidenciamos que o campo não se resume aos empreendimentos modernizados e tipicamente capitalistas, o que reforça a necessidade de se pensar em políticas públicas adequadas a essa classe que se reproduz no campo a partir de parâmetros sociais, culturais e econômicos distintos. (Figura 1)



E buscando resguardar a precisão conceitual, faz-se necessário lembrar que os camponeses são entendidos como os sujeitos pertencentes a uma classe *sui generis* do capitalismo, por ser a única que, ao acionar os meios de produção com o próprio trabalho, garante a sua reprodução autônoma, ainda que subordinada às estratégias de extração de renda impostas por agentes que intermedeiam a relação produção-consumo final.

Dito isso, salientamos que o caráter contraditório do modo capitalista de produção se manifesta em uma situação aparentemente paradoxal no campo: a proletarização oriunda da concentração de terras e de capitais e a recriação do campesinato. Conforme evidenciam os dados, a passagem do patamar técnico pautado na intensiva utilização de mão-de-obra para o atual não representou a eliminação dessa classe. Não obstante, o processo de recriação do campesinato, manifestado no conjunto de estratégias

empreendidas com vistas à manutenção de sua condição de autonomia articulada pelo controle da terra e pela dimensão familiar do trabalho, se deu em um contexto de redefinições, mesmo porque muitos camponeses alçaram à condição de proprietários após anos de trabalho nas lavouras comerciais de café, seja no Estado de São Paulo, seja na própria região.

Considerando que o princípio de sua reprodução social é a autonomia do trabalho advinda do acesso à terra, analisar as condições de acesso e exploração econômica é primordial. Em outras palavras, apesar de vivenciarmos um momento de extrema projeção da ordem financeirizada, a qual reclama mais liquidez imediata e menos capital imobilizado, a terra ainda se mantém no centro da questão agrária, seja como fundamento da reprodução camponesa, seja como meio de extração da mais-valia, sendo pertinente, portanto, evidenciar como se articulam a terra de trabalho e a terra de negócios na área estudada.

Outrossim, analisar mais a fundo a dinâmica envolvendo a estrutura fundiária é uma forma de apresentar um contraponto às vozes que se levantam em torno da idéia de que a propriedade da terra não é mais o centro da questão agrária. Claro está que essa interpretação deriva de uma opção teórico-metodológica, a qual transfere às mudanças tecnológicas o eixo de explicação dos processos em curso no campo. Deliberadamente, ou não, indicam uma opção velada pelo abandono da discussão acerca de uma chaga estrutural da sociedade brasileira: a concentração da terra.

Não queremos com isso atribuir uma importância menor às mudanças ocorridas no campo, já que a modernização da base técnica proporcionou, indubitavelmente, extraordinário aumento da produtividade; contudo, esse não é um pretexto plausível para a desconsideração do custo socioambiental equivalente. Daí a pertinência em deslocar o foco de análise, destituindo a técnica da centralidade explicativa dos processos sociais, em favor das relações sociais.

É desejável, pois, situar a tecnificação no contexto do amplo projeto de redefinição das bases de acumulação capitalista que, ao final da Segunda Guerra Mundial, teve na agricultura uma das fronteiras a serem exploradas para a expansão de mercados de produtos industrializados. Não se pode desconsiderar também a sua capacidade conjuntural de absorver o aparato obsoleto produzido para a guerra, desde as máquinas até os agentes químicos. O impacto das mudanças daí advindas, em países que não tinham ingressado no estágio técnico que as produziu, cresceu ao ritmo de sua incorporação: no Brasil, cerca de duas décadas foram suficientes para empurrar para os centros urbanos algo em torno de 30 milhões de pessoas, afora os outros milhões de migrantes que se dirigiram para as regiões de fronteira agrícola.

Isso sem mencionar a característica absolutamente predatória da agricultura “modernizada”, que só fez potencializar os rastros de degradação ambiental próprios da lógica extrativa: solos empobrecidos e contaminados, rios assoreados e envenenados, nascentes comprometidas, fauna e flora nativa feridas de morte.

Não se trata, portanto, de meros detalhes, a serem abordados em separado ou como desdobramento secundário do padrão produtivo denominado moderno, de aparência inovadora. Antes, são questões de suma importância para se analisar o processo em sua complexidade, evitando simplificações que não contribuem para a superação das mazelas geradas em seu interior. Passemos à análise dos dados censitários publicados pelo IBGE.

5. As mudanças técnicas e a substituição de culturas no norte do Paraná.

As análises subseqüentes sobre as mudanças no campo norte paranaense estão pautadas nos dados censitários dos 33 municípios indicados na figura 2. Do ponto de vista das características físicas, há dois aspectos distintos: a região estudada praticamente se divide ao meio, no sentido Norte-Sul, visto que na porção Norte há a predominância dos solos derivados do arenito caiuíá; ao passo que na porção Sul os solos de origem basáltica são dominantes.

Destacamos também que enquanto nos domínios do arenito a pecuária extensiva foi tomada como a atividade substitutiva do café, e se mantém predominante até os dias atuais, nos solos basálticos, conhecidos como terra roxa, foram as lavouras mecanizadas que tomaram o lugar dos extensos cafezais. Contudo, para efeito desse estudo, os dados foram computados tomando por base o conjunto regional.



Na área em questão, duas situações apontadas pelos dados censitários de 1950 a 1995/96, merecem destaque: o aumento numérico dos estabelecimentos no período de 1950 a 1970 e, a partir de então, o início do processo de concentração do uso da terra, conforme se poderá observar na Figura 3.

Embora a divisão político-administrativa tenha sofrido mudanças no período analisado, em virtude dos desmembramentos de municípios, observamos que o número dos estabelecimentos registrado pelo IBGE em 1950 era de 7.722, sendo que 82% deles possuíam área de até 50 hectares. Em 1970, esse número já havia saltado para 30.738, dos quais 87% apresentavam área de até 50 hectares. Lembremos, no entanto, que esse notável aumento numérico indica a fragmentação da exploração econômica, que em 1970 registra o ápice.

Essa ressalva se faz necessária, por estarmos lidando com a categoria estabelecimento, a qual não supõe a propriedade jurídica das terras, mas a sua unidade econômico-administrativa. Dessa maneira, esses dados devem ser tomados apenas como referência para se avaliar os índices de concentração do uso, sendo insuficientes para o detalhamento da concentração fundiária real, já que o desmembramento produtivo, via parceria, arrendamento e outras formas de cessão temporária, aparecem estatisticamente como fragmentação que, na realidade, não toca na estrutura da propriedade.

Não obstante, analisar a estrutura fundiária do Norte do Paraná sem mencionar a atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) seria um ato falho. A CTNP era uma empresa inglesa, que obteve diretamente do governo do Estado a concessão de 1.089.000 hectares de terras devolutas que, somados à aquisição de terras particulares, lhe rendeu um patrimônio fundiário de 1.321.499 hectares, dos quais comercializou 24%, entre 1925 e 1944, enquanto atuou na região.

Qualquer análise que se faça sobre a questão agrária paranaense requer ao menos uma breve menção sobre os termos dessa concessão, por se tratar de ilustrativo ato lesivo perpetrado pelo Estado contra o patrimônio público, em favor de estrangeiros. Segundo Joffily (1985, p. 81), essas terras, consideradas as mais férteis do Brasil, custaram aos ingleses o equivalente a cinco quilos de feijão por hectare, sendo que apenas 20% (um quilo de feijão) foi pago à vista, pairando dúvidas quanto à arrecadação do restante, conforme indicam vários documentos.

Some-se a isso o auspicioso aparato institucional sob o seu entorno: além de ter sido uma das únicas empresas estrangeiras que não foram atingidas pelos decretos de nacionalização do Governo Vargas; nas áreas sob seu domínio, não foram aplicadas as medidas vigentes de contenção dos estoques de café, que impediam a ampliação das lavouras. Além disso, gozou da total isenção de impostos territoriais, enquanto as terras estiveram em seu poder.

Medidas duvidosas, sobretudo se considerarmos que, aos compradores, em geral trabalhadores que conseguiram juntar um pecúlio trabalhando juntamente com a família nas fazendas de café do Estado de São Paulo, o peso da renda capitalizada foi esmagador: segundo Mombeig (1984), em menos de seis anos, os preços cobrados pela companhia na comercialização das terras já haviam subido cerca de vinte vezes.

Compreender, portanto, a multiplicação dos estabelecimentos, via demarcação de lotes pequenos no entorno dos núcleos urbanos e propriedades maiores nas áreas mais distantes, nos permite vislumbrar que a CTNP, a exemplo das demais colonizadoras, se manteve fiel aos princípios da especulação imobiliária, condicionando a comercialização dos estoques à valorização progressiva, própria da expansão do povoamento e da utilização produtiva das áreas já comercializadas.

Cumprir destacar que desde o início do povoamento até o final dos anos 1960, a cultura comercial absolutamente dominante na região foi a cafeeira, a qual reclamava enorme quantidade de braços. Enquanto as pequenas propriedades eram exploradas quase que exclusivamente pela família, as médias e grandes propriedades tinham nas relações de parceria o principal suprimento de mão-de-obra.

Como se sabe, a parceria era uma alternativa ao assalariamento, visto que a moradia e o acesso à terra para a produção de subsistência e comercialização de excedentes diminuía os custos com a reprodução da mão-de-obra, logo, permitia a tais proprietários a redução no dispêndio monetário para a manutenção das lavouras.

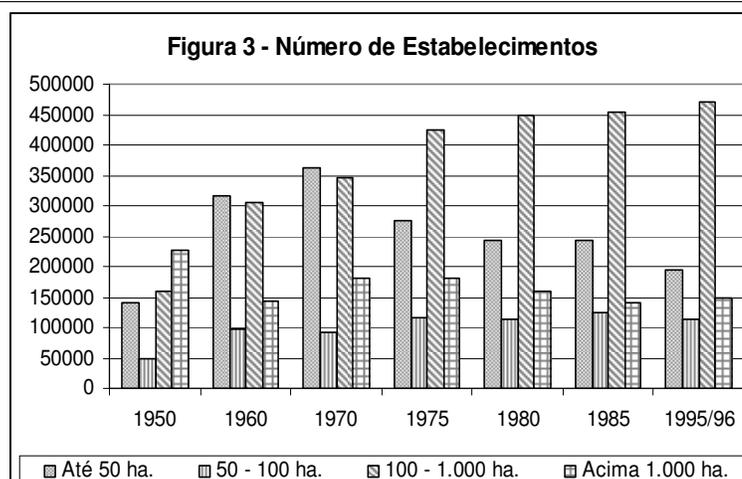
Do ponto de vista dos dados estatísticos, cada lote explorado por parceiros aparece representado como estabelecimento, fazendo com que a real concentração das terras fique oculta. Não obstante, essa fragmentação do uso da terra foi decisiva para a recriação do campesinato no Norte do Paraná. Mesmo desconsiderando aqueles cuja posse precária foi banida pela erradicação do café, levando-os à proletarianização, a produção de gêneros de subsistência e comercialização de excedentes, somados aos rendimentos monetários oriundos da lavoura cafeeira, permitiram a muitos parceiros a constituição de uma pecúnia capaz de assegurar a compra de um pequeno lote de terra.

É importante lembrar que esses pertencem à segunda leva de trabalhadores convertidos em proprietários, pois na fase de povoamento, a maior parte daqueles que adquiriram pequenos sítios o fizeram em virtude de terem vivenciado condições similares de vida e trabalho na cafeicultura do Estado de São Paulo. É importante lembrar que, nos dados censitários, em geral essas pequenas propriedades foram contabilizadas como estabelecimentos, por se constituírem também em unidades econômicas a cargo das respectivas famílias.

A importância numérica da pequena propriedade na região, somada à significativa fragmentação de grandes propriedades em forma de estabelecimentos menores, é registrada pelo Censo Agrícola de 1970, momento em que se constata o auge da divisão econômica das terras. Porém, ao mesmo tempo em que se registra esse número recorde de estabelecimentos, ganha destaque o aumento daqueles com mais de 50 hectares.

Isso é o reflexo da decadência da cafeicultura que se insinua já no início da década de 1960, momento em que a expansão das pastagens começa a tomar vulto, o que na seqüência se repetirá com as culturas mecanizadas. Como se pode inferir, a concentração no uso da terra se deve justamente à substituição do café por atividades de baixa demanda por mão-de-obra, o que torna desnecessário a permanência de várias famílias nas propriedades maiores.

Como se pode verificar na Figura 3, o início da curva descendente no número dos pequenos estabelecimentos é destacado pelo Censo Agropecuário de 1975, momento em que, na região estudada, 10 031 estabelecimentos com até 50 hectares, ou seja, 37%, desaparecem. Ao mesmo tempo, se verifica o crescimento numérico dos estabelecimentos maiores, indicando a expulsão progressiva daqueles que detinham a posse precária da terra, via de regra parceiros. (Figura 3)

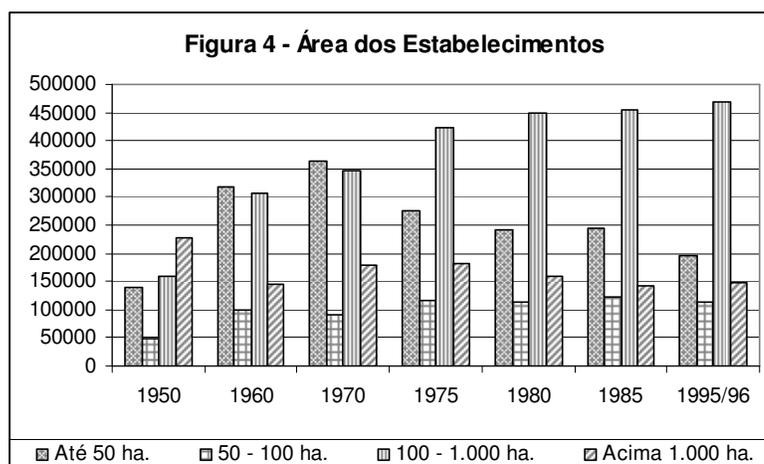


Fonte: IBGE – Censos Agrícola e Agropecuários

Evidentemente, a variação numérica expressa na figura veio acompanhada de uma significativa transferência de área para os demais estratos, reflexo direto do processo de expulsão camponesa derivado da erradicação do café. Desde então, os estabelecimentos com área de 100 a 1 000 hectares apresentaram um crescimento extraordinário: em termos de área, registraram um incremento de 123.704 hectares; em termos numéricos, surgiram 553 novos estabelecimentos. Percentualmente, isso representa uma variação positiva de 36% no que se refere à área açambarcada e 41% em relação ao número de estabelecimentos.

Como se pode verificar, houve também uma variação positiva entre os estabelecimentos com área de 50 a 100 hectares. Nesse período, surgiram 319 novos estabelecimentos incorporando 22.913 hectares, o que representa um incremento de 25% tanto no número de estabelecimentos quanto de área ocupada.

Quanto aos estabelecimentos com mais de 1 000 hectares, o estrato por excelência dos latifúndios, a concentração foi retomada, em especial no período de 1985 a 1995/96, havendo um incremento de 5.633 hectares, apesar do desaparecimento de nove estabelecimentos. Considerando que esse crescimento se fez às expensas do estrato onde estão agrupados os menores estabelecimentos, julgamos conveniente detalhar esses dados, a partir dos anos 1970, momento em que a expansão das culturas mecanizadas se intensifica de forma marcante no Norte do Paraná. (Figura 4)



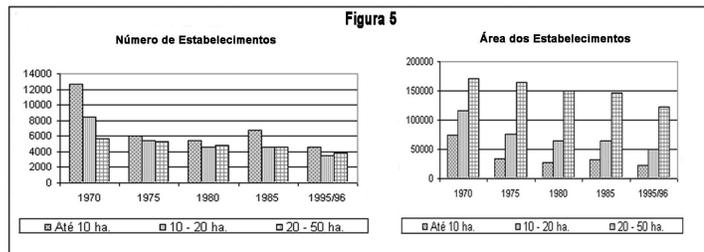
Fonte: IBGE – Censos Agrícola e Agropecuários

Os levantamentos censitários nos dão indícios de quão severo foi o processo de desagregação envolvendo os estabelecimentos com até 50 hectares diante da tecnificação. Não obstante, nesse estrato de área, os dados revelam uma relação inversamente proporcional de resistência ao desaparecimento. Em

outras palavras, quanto menores os estabelecimentos, mais vulneráveis eles têm se mostrado desde então. Considerando os 33 municípios pesquisados, deixaram de existir nada menos que 14.945 estabelecimentos, ou seja, a proporção se aproxima de dois estabelecimentos extintos para cada um existente na atualidade.

Outro indicativo que julgamos importante assinalar é o entendimento comum que se tem na região de que a expulsão em massa dos camponeses teria sido provocada pela grande geadas que arrasou os cafezais em 1975. Como vimos, a principal causa está nas mudanças técnicas desencadeadas no início da década de 1960, e que se reflete nos dados de 1970, momento em que os estabelecimentos com até 20 hectares já tinham sido reduzidos pela metade. Por isso, não se sustenta a tese de que o clima pouco propício tenha sido responsável pela migração em massa ocorrida no período.

Assim, é oportuno conferir não apenas a variação numérica dos pequenos estabelecimentos, mas também o respectivo comportamento em termos de área perdida para os estabelecimentos maiores, o que nos permite vislumbrar como a concentração do uso da terra se manifestou nesse período. (Figura 5)



Fonte: IBGE – Censos Agrícola e Agropecuários

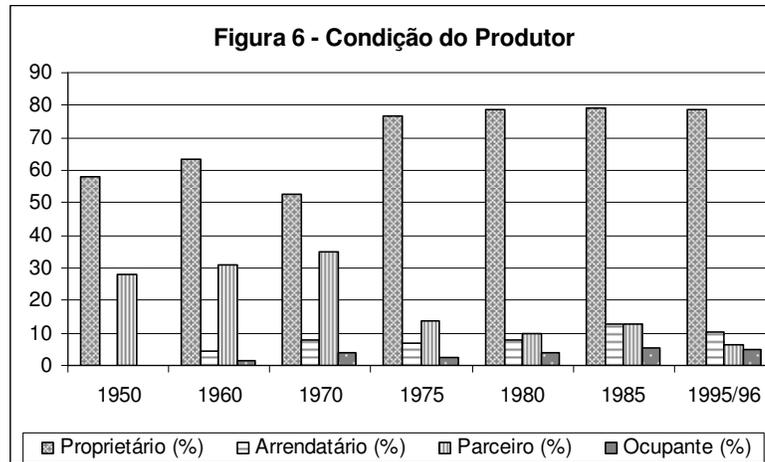
Como já advertimos, a vulnerabilidade dos estabelecimentos está diretamente relacionada ao seu tamanho, sendo os menores os mais afetados no período. Notemos que o estrato de área de até 10 hectares foi o que registrou, em termos percentuais, a maior transferência de área, chegando em meados dos anos noventa com apenas 31% da área ocupada no início da década de 1970. O estrato intermediário conseguiu manter 42% da área e, por fim, os estabelecimentos entre 20 e 50 hectares chegaram aos meados dos anos 1990 com 72% da área ocupada no início da década de 1970. Portanto, o corte analítico na casa dos 50 hectares deve-se justamente ao fato desses terem sido marcados por uma desestruturação severa, sendo a respectiva área incorporada pelos demais estratos.

Lembramos, no entanto, que esses dados não podem ser tomados como expressão de uma realidade homogênea, pois são referentes à média regional, o que certamente camufla o comportamento específico de cada município, mesmo porque há padrões diferenciados de ocupação do solo, os quais se delinearão exatamente no momento em que houve a substituição do café. Assim, na região do basalto, prevaleceram as lavouras mecanizadas, ao passo que, no arenito, foi a pecuária a sua principal substituta.

Na região arenítica, merece destaque a lógica de implantação dessa atividade, baseada na cessão temporária da terra para cultivo, em troca da formação das pastagens. Em outras palavras, a fragmentação no uso da terra foi bastante intensa no período que antecedeu a consolidação da pecuária, pois a fim de obterem a formação praticamente gratuita das pastagens, os proprietários concederam o direito de os camponeses sem terra explorarem-na por um determinado período.

À medida que as pastagens formadas foram se expandindo, as áreas disponíveis para tal prática foram se tornando mais escassas, até o ciclo de formação se fechar. A partir de então, as possibilidades de reprodução autônoma nesses termos se mostraram cada vez mais limitadas na região.

O mesmo se aplica àqueles que atuavam como parceiros nos cafezais que foram substituídos pelas lavouras mecanizadas: o alijamento da terra impôs a migração em massa desses trabalhadores, seja em direção às cidades, seja em direção à Amazônia, notadamente ao Estado de Rondônia que, naquele momento, apresentava-se como saída para os excluídos das terras paranaenses. Isso torna pertinente apresentar os dados sobre a condição dos produtores, os quais conferem visibilidade à questão do acesso precário à terra, uma alternativa de reprodução camponesa largamente utilizada em resposta ao elevado índice de concentração fundiária que antecede o padrão tecnificado na agricultura, ao lado da pecuária extensiva. (Figura 6)



Fonte: IBGE – Censos Agrícola e Agropecuários

Conforme evidencia a figura, os parceiros foram os maiores atingidos pelas mudanças no campo norte-paranaense, em virtude da desativação da lavoura cafeeira em favor da expansão da pecuária, de um lado, e das lavouras mecanizadas, de outro.

Paradoxalmente, o aumento do número de rendeiros e ocupantes chama a atenção, o que confirma o fato de que a classe camponesa, por vezes, se reproduz à revelia da apropriação capitalista da terra, seja através da recusa em pagar renda, ignorando o peso da propriedade privada, seja submetendo-se ao pagamento da renda para assegurar a sua autonomia.

Nas áreas de implantação da pecuária, isso tem relação com a prática de formação das pastagens, o que denuncia a estratégia dos proprietários de atuarem em uma atividade tanto de investimentos quanto de riscos baixos. Por outro lado, há que se considerar os efeitos da mecanização nas áreas de implantação das culturas temporárias, igualmente perversa aos produtores que não detinham a propriedade da terra, ou não possuíam renda suficiente para enfrentar a emergente matriz tecnificada para a agricultura.

Nesse contexto, o descarte maciço de trabalhadores é explicado, de um lado, pelas novas tecnologias agrícolas, baseadas na intensa utilização de máquinas e insumos e, de outro, pela implantação da pecuária extensiva. Aliás, a predominância da pecuária extensiva foi tão nociva para a região do arenito, a ponto dos sindicatos patronais, cooperativas e até mesmo o poder público implantarem nos últimos anos bolsas de arrendamento envolvendo tais propriedades, como forma de recuperação ambiental e econômica da região.

É importante lembrar que a bolsa de arrendamento tem prosperado em virtude da existência de empresários agrícolas desejosos de ampliar suas culturas temporárias na região, especialmente soja e milho. Sabendo-se que o cultivo dessas terras demanda investimentos em fertilização e conservação, o incentivo à elevação da produtividade das terras semi-ociosas tem por objetivo mitigar os efeitos da degradação dos solos, resultado direto da pecuária extensiva, sem tocar na estrutura do latifúndio.

Em uma conjuntura em que crescem as pressões dos trabalhadores sem terra, que buscam não somente aquelas que foram apropriadas ilegalmente, mas também as que se mantêm improdutivas, não resta dúvida de que o arrendamento nesses termos surge como arma eficaz de contenção das ocupações.

Essa é uma das expressões da luta de classes que, no caso em tela, se manifesta nos esforços dos camponeses em conquistar e ou permanecer na terra. Entre avanços e recuos, isso tem se concretizado, visto que a presença camponesa é expressiva na área estudada, lado a lado com as duas lógicas dominantes, a do padrão de racionalidade atrelado ao modelo tecnicista da agricultura mercantil de larga escala e a da propriedade especulativa da terra encoberta pelas pastagens degradadas.

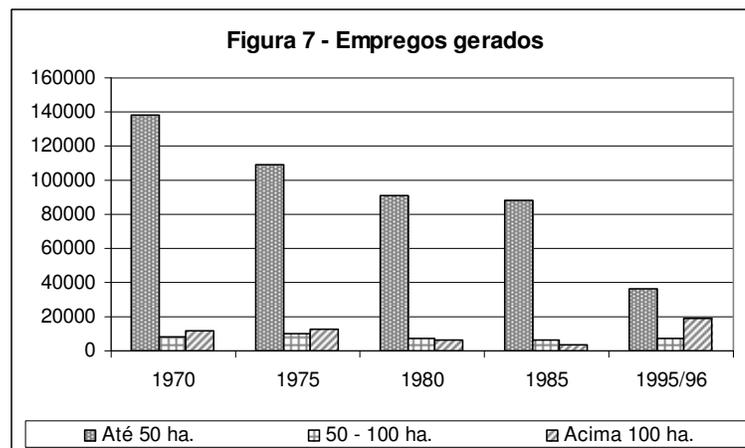
A título de exemplo, destacamos que dos 33 municípios estudados, em 12 deles a presença numérica dos estabelecimentos com até 50 hectares, classificados como pequenos, corresponde a mais de 80% de todas as unidades produtivas. Se considerarmos a participação percentual desses na casa de 70%, chegamos a 25 municípios nessa situação.

Não obstante, é amplamente reconhecido que as grandes propriedades³ são as que menos geram postos de trabalho, além de darem a menor contribuição, em termos proporcionais, para a produção global. De acordo com o Censo Agropecuário 1995/96, tomados os estabelecimentos em escala nacional, aqueles com mais de 1 000 hectares responderam com apenas 4% dos empregos no campo, com 5% da produção de leite, com 21% do rebanho bovino e com os mesmos 21% da produção em valor.

Isso seria até aceitável, não fosse a área sob seu controle: 45,1% das terras estão concentradas por esses estabelecimentos. E pensar que alguns nos querem fazer crer que a escala, leia-se o tamanho da propriedade, é um dos pressupostos da tecnificação, e que essa teria redimido a grande propriedade, agora elevada à nobre condição de produzir com eficiência! Os dados, contudo, evidenciam que, em sua maioria, elas estão aquém até mesmo dos desígnios da Constituição, que reza o cumprimento da função social da terra.

No que se refere ao Paraná, é necessário lembrar que esse é um dos estados brasileiros em que a concentração fundiária é menor. Basta considerar que os pequenos estabelecimentos ocupam 36% das terras, embora respondam por 41% do rebanho bovino e por 84% dos postos de trabalho na agricultura.

Cumprido salientar que no Norte do Paraná, berço da modernização da base técnica, a desagregação sofrida pelos pequenos estabelecimentos se refletiu na geração de postos de trabalho, fato comprovado por uma curva descendente de ocupações, que contrasta com uma curva ascendente quando se analisa aqueles com mais de 100 hectares. É o que demonstra a figura 7.



Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Considerando os dados de 1970, momento a partir do qual o processo de tecnificação se intensificou, os pequenos estabelecimentos respondiam por 87% das ocupações no campo, dispondo de 37% das terras. Lembramos que essa relação é compatível com o padrão produtivo da época, eminentemente centrado na fragmentação do uso da terra e nos cultivos baseados no uso intensivo de mão-de-obra, a exemplo do café.

Na década de 1990, apesar do índice de ocupação cair para 57%, o que indica que os pequenos estabelecimentos estão ocupando menos pessoas que há trinta anos, esses continuam sendo os espaços por excelência de geração de postos de trabalho. Isso sem entrar no mérito da proporcionalidade em termos de área ocupada, em relação aos médios e grandes estabelecimentos.

Como vimos, houve notável concentração fundiária nesse período, caindo a participação dos pequenos estabelecimentos para 21% das terras, ao mesmo tempo em que os estabelecimentos com mais de 100 hectares passaram a abocanhar o índice histórico de 67% das mesmas.

Concluimos, assim, que a curva descendente das ocupações dos pequenos estabelecimentos não pode ser considerada em separado do processo de eliminação a que estiveram submetidos nada menos que

³ Reafirmamos que essa expressão evidencia que a categoria estabelecimento atua no sentido de camuflar a concentração fundiária, já que uma unidade jurídica (propriedade) pode dar origem a várias unidades econômico-administrativas (estabelecimentos).

dois terços desses estabelecimentos. Assim, é evidente que isso se refletiu no seu potencial de geração de postos de trabalho.

Por outro lado, observamos que os estabelecimentos no estrato intermediário praticamente mantiveram estáveis os níveis de ocupação, manifestado em ligeiro crescimento numérico. Com isso, ficam evidentes os efeitos da tecnificação, já que o número de ocupações não acompanhou o aumento numérico dos estabelecimentos, bem como a respectiva área ocupada.

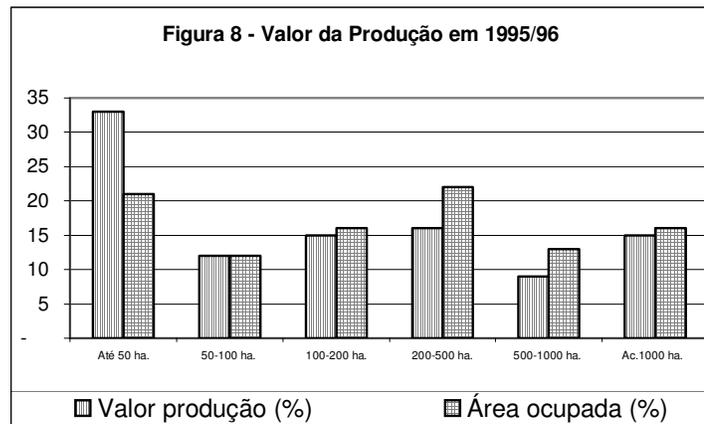
Outrossim, constatamos que os estabelecimentos com mais de 100 hectares, cujo crescimento no número de postos de trabalho é evidente, foram também aqueles em que se processou uma concentração extraordinária, razão direta do aumento na proporção de empregos.

Não obstante, contribuiu para esse crescimento de postos de trabalho, a expansão da cana-de-açúcar, uma cultura que ocupa grande número de trabalhadores; entretanto, trata-se de ocupações temporárias e, sobretudo, precárias, majoritariamente durante a colheita. A título de esclarecimento, entre 1970 e 2001, a área cultivada com cana aumentou em quase sete vezes, passando de 13.370 para 87.079 hectares.

Enfim, ponderamos que todas essas mudanças se inscrevem na lógica desse modo de produção, eminentemente poupador de mão-de-obra, e que se expressa na alteração verificada no padrão produtivo. E se isso ocorre, é de esperar que nos estabelecimentos camponeses, a agricultura igualmente necessite de menos mão-de-obra dada a intensificação das técnicas, guardadas as devidas proporções.

Isso não implica acatar a idéia de que esse é um processo homogêneo, mas sim reafirmar a sua hegemonia, ainda que desdobrada em dinâmicas próprias, de acordo com a organização interna das diferentes formas de produzir no campo. Assim, fica evidente que o impacto do processo foi de tal ordem que implicou no desaparecimento da maior parte daqueles que tinham acesso precário à terra, bem como daqueles que não conseguiram se organizar internamente, de modo a se adequarem às mudanças. Mas, como vimos, isso não representou o desaparecimento do campesinato.

Portanto, lembramos que a classe camponesa é tão dinâmica quanto o é a realidade circundante, sendo a sua capacidade de adequar-se às novas conjunturas a condição para sua perpetuação enquanto classe. Nesse sentido, apesar das mudanças ocorridas nas estruturas produtivas, a propriedade camponesa continua sendo, de longe, aquela que apresenta o maior índice de ocupação produtiva, conforme indica a figura 8.



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96

A figura indica que na área estudada, os estabelecimentos com até 50 hectares são os únicos em que a relação entre terra disponível e ocupações é inversamente proporcional, sendo que, quanto maior o estabelecimento, menor o número de trabalhadores ocupados. Em outras palavras, ainda que se considere todos os empregos permanentes e temporários dos estabelecimentos com mais de 50 hectares, esses representam apenas 74% do número de trabalhadores ocupados nos primeiros.

6. Considerações finais.

Creemos ter demonstrado que a importância dos pequenos estabelecimentos, quanto à magnitude da força de trabalho ocupada, não se limita às áreas “tradicionais”⁴, ocorrendo também naquelas de maior índice de tecnificação. Essa é a resposta do campo àqueles que se apegam ao ideário simplista de que a saída para o Brasil, que tem na produção agrícola um dos pilares de sustentação da balança de pagamentos, se resume à agricultura de larga escala.

Notamos que a propriedade pequena não se destaca apenas do ponto de vista da inclusão social, com a inigualável capacidade de gerar empregos e renda. Ela é também aquela que supera, em termos de produtividade, as médias e, sobretudo, as grandes propriedades.

Já frisamos que a relação entre quantidade de terra disponível e força-de-trabalho é inversamente proporcional. Essa variável assume importância singular para que se possa identificar as unidades camponesas, pois um dos elementos que a diferenciam das unidades capitalistas é o trabalho familiar e não a medida pura e simples de terra.

E nesse sentido, os dados do Censo Agropecuário 1995/96 indicam uma inversão no padrão delineado nos anos 1970. Pela primeira vez desde então, há o registro de aumento da participação da família nos trabalhos agrícolas.

Esse é um dado de certa forma surpreendente para essa que é uma das áreas brasileiras de maior índice de tecnificação, o que nos permite concluir que a classe camponesa também participa desse processo de “modernização”, ainda que em uma situação de subordinação aos ditames mais gerais da lógica mercantil.

É nessa relação de subordinação que a renda camponesa é confiscada, e isso ocorre nas diferentes etapas produtivas. Tanto pode ocorrer no momento da produção, quando os camponeses se apresentam como consumidores dos maquinários e insumos, ou ainda como usuários do sistema financeiro, através das operações de crédito para investimento ou custeio da produção. Por último, é consumada quando sua produção é colocada no mercado, momento em que seu poder de barganha se mostra mais frágil, dada a interposição de verdadeiros oligopólios.

Todavia, não se pode inferir que todas as unidades produtivas onde há trabalho familiar são camponesas, sendo necessário definir critérios para essa classificação. Assim, destacamos a necessidade de desvendar a lógica interna da mesma, seus traços mais gerais no que tange às relações sociais envolvidas na reprodução da família, não apenas do ponto de vista econômico, mas também social, cultural e político.

Nesse sentido, verifica-se a presença marcante do trabalho familiar, mesmo em áreas de intensa modernização. Na área pesquisada, todos os municípios da porção centro-sul, onde estão os maiores índices de produção/produtividade, apresentam uma participação dessa modalidade de trabalho acima da casa dos 60 pontos, salvo o município de Araçatuba, onde a participação da mão-de-obra familiar é de 55%.

É por essa razão que os indicativos de aumento do assalariamento em relação ao trabalho familiar, verificados sobretudo na década de 1970, não devem ser tomados como expansão da capacidade de gerar empregos das unidades capitalistas. Como vimos, há dois fatores a serem considerados: em primeiro lugar, refletem a diminuição do número de membros da família ocupados naquele momento, em virtude do banimento do acesso precário à terra nas formas descritas. Em segundo lugar, indicam que as atividades monocultoras baseadas no assalariamento precário, a exemplo da cana-de-açúcar, sofreram enorme expansão nesse período.

Com isso, pode-se inferir que, passado o maior impacto da substituição das técnicas, novamente os camponeses vão recriando estratégias de se manterem na terra. Já vimos que a região é uma das mais tecnificadas do país, evidenciando a presença incontestável da exploração capitalista. Porém, antes de desaparecer, o trabalho familiar, proporcionalmente, está apresentando uma ligeira recuperação, chegando próximo aos índices verificados em 1975. Para nós, esse é o dado inequívoco de que a reprodução camponesa é um elemento do capitalismo e não uma excrescência ou resíduo, exteriores à sua ordem.

⁴ Tradicionais no sentido de enclaves policultores, tidos como atrasados, passíveis de serem resgatados pela agricultura moderna, leia-se tecnificada.

Entretanto, a lógica dos camponeses não é a mesma dos capitalistas. Sendo o lucro o fundamento da exploração capitalista, sempre que essa possibilidade estiver ameaçada, seus agentes se retiram, buscando outras oportunidades de investimento.

O mesmo não se dá com as unidades camponesas que, por terem como fundamento a remuneração do trabalho e não do capital, continuam a produzir, no limite, em condições completamente desfavoráveis, a fim de garantirem minimamente a sobrevivência. Portanto, as propriedades pequenas são as que mais se defrontam com condições adversas: na área estudada, os pequenos estabelecimentos são os únicos onde a relação quantidade de terras e valor da produção é inversamente proporcional, apontando assim o caráter inequívoco da produtividade superior nesse estrato de área.

Tomando-se a média regional, os estabelecimentos com até 50 hectares respondem com 33% da produção em valor, ou seja, com um terço de toda a produção agropecuária regional, apesar de ocuparem cerca de um quinto das terras. É isso que compromete a tese de que a “modernização” no campo não comporta a classe camponesa.

Assim, é importante advertir que essa classe se reproduz tanto em bases tradicionais, imersas em um círculo de miserabilidade, como incorporando tecnologia. Conforme nos alertou Chayanov (1974), ao incorporar melhorias técnicas na produção, a família camponesa consegue reduzir a penosidade do trabalho, logo, conquista maior bem estar. É isso que se torna visível nas áreas onde os camponeses são mais “fortes”.⁵

São esses paradoxos que justificam esforços de desvendamento dos interstícios da modernização da base técnica da agricultura. Ignorá-los é operar com uma lógica analítica contrária a um dos princípios básicos da dialética: a noção de contradição.

7. Referências Bibliográficas.

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 1990. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CAPEL, H. **O nascimento da ciência moderna e a América: o papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território**. Maringá: UEM, 1999.
- CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- GRAZIANO NETO, F. **O paradoxo agrário**. São Paulo: Pontes, 1999.
- _____. **Qual reforma agrária**. São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agrícola do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.
- _____. **Censo Agrícola do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.
- _____. **Censo Agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
- _____. **Censo Agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- _____. **Censo Agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- _____. **Censo Agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.
- _____. **Censo Agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- JOFFILY, J. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta, 1980.
- KOHLHEPP, G. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 79-94, abr-jun. 1991.
- LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. **O que fazer**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- _____. **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

⁵ Terminologia utilizada pelos próprios camponeses quando se referem aos pares de maior renda, que possuem mais terra e dispõem de melhores maquinários e instalações. Isso significa que estão mais fortalecidos economicamente, mas nem por isso se tornaram capitalistas.

- MULLER, N. L. **Contribuição ao estudo do Norte do Paraná.** Revista de Geografia, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan.-jun. 2001.
- OLIVEIRA, A. U. A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. **Terra Livre**, São Paulo, ano 1, n.1, p.26-38, 1986.
- _____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A F. A. (Org.) **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 2002. p. 63-110.
- _____. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 12, 1994, Águas de São Pedro. Mesas Redondas. Rio Claro: IGCE, 1994. p. 24-51.
- PAULINO, E. T. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná.** 2003. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.
- SHANIN, T. A definição de camponês: conceituação e desconceituação-o velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos Cebrap**, Petrópolis, n.26, p.43-79, 1980.
- SOARES, G. P ; COLOMBO, S. **Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina.** São Paulo: Humanitas, 1999.